

Cidades invisíveis, pessoas incríveis: entre autogestão e resistência nas periferias latino-americanas

Invisible cities, amazing people: Between self-management
and resistance in Latin American peripheries

Angélica Tanus Benatti ALVIM [I]

Bianca Moro de CARVALHO [II]

Marina Erendina CONTRERAS-SALDAÑA [III]

Resumo

Este artigo analisa como práticas de autogestão e liderança comunitária em assentamentos informais no Brasil e no México revelam o potencial político das periferias latino-americanas, frequentemente invisibilizadas nas narrativas urbanas dominantes. Com base em uma abordagem qualitativa e colaborativa, o estudo combina revisão bibliográfica, análise documental e a produção de um vídeo participativo desenvolvido em três contextos: Chico Dias (Macapá), Paraisópolis (São Paulo) e Senderos de San Isidro (Ciudad Juárez). Esses territórios, marcados por desigualdades estruturais e pela negligência do Estado, expressam vulnerabilidade e invenção política. A mídia participativa é abordada não apenas como uma ferramenta metodológica, mas como uma prática política que possibilita a co-construção de narrativas territoriais e fortalece as vozes de base. Os resultados mostram que práticas coletivas e solidárias transformam a vida urbana, reconfiguram as relações entre Estado e sociedade e propõem novas formas de governança local.

Palavras-chave: periferias urbanas; autogestão; liderança comunitária; mídia participativa; América Latina.

Abstract

This article analyzes how self-management and community leadership practices in informal settlements in Brazil and Mexico reveal the political potential of Latin American peripheries, often rendered invisible in dominant urban narratives. Drawing on a qualitative and collaborative approach, the study combines a bibliographic review, a documentary analysis, and the production of a participatory video in three contexts: Chico Dias (Macapá), Paraisópolis (São Paulo), and Senderos de San Isidro (Ciudad Juárez). These territories, marked by structural inequalities and state neglect, express both vulnerability and political invention. Participatory media is approached not merely as a methodological tool but as a political practice that enables the co-construction of territorial narratives and strengthens grassroots voices. The findings show that collective and solidarity-based practices transform urban life, reshape state-society relations, and propose new forms of local governance.

Keywords: urban peripheries; self-management; community leadership; participatory media; Latin America.



Introdução

As periferias urbanas latino-americanas são espaços onde as contradições da urbanização desigual se manifestam de forma intensa, mas também onde emergem formas de organização, solidariedade e potência política. Longe de serem territórios homogêneos ou passivos, esses espaços condensam disputas materiais e simbólicas, nas quais se articulam precariedade, ação coletiva e invenção social.

As periferias são frequentemente visíveis como problema, mas invisibilizadas como sujeito político e como produtoras de conhecimento e de alternativas urbanas. É nesse sentido que este artigo propõe tensionar a noção de “invisibilidade”. Não se trata de afirmar a ausência dessas periferias no espaço urbano – seja em termos morfológicos, demográficos ou mesmo nas agendas de políticas públicas –, mas de evidenciar sua persistente sub-representação política, epistêmica e narrativa. Da mesma forma, a expressão “pessoas incríveis” não remete a uma excepcionalidade individual, mas à capacidade coletiva de construir respostas criativas e politicamente significativas em contextos de desigualdade estrutural.

Partindo dessa tensão entre visibilidade e invisibilidade, este artigo¹ analisa experiências de liderança comunitária em periferias no Brasil e no México, buscando compreender como práticas coletivas e autogestionárias transformam o cotidiano urbano e produzem novas formas de pertencimento e ação política. Parte-se da hipótese de que esses contextos funcionam como laboratórios de inovação política, articulando construção do comum e disputa pelo direito à cidade.

Nesse sentido, adota-se uma compreensão ampliada do direito à cidade, inspirada em Henri Lefebvre e desenvolvida por David Harvey, que o entendem não apenas como acesso a bens e serviços urbanos, mas como direito à

participação ativa na produção, gestão e transformação do território. Essa abordagem permite compreender as práticas analisadas não como respostas adaptativas à precariedade, mas como formas de ação política que tensionam e reconfiguram as estruturas institucionais existentes.

Brasil e México, que concentram grande parte da população latino-americana,² enfrentam desafios significativos no campo habitacional. O Brasil possui cerca de cinco milhões de moradias em assentamentos precários (Pasternak e Bógus, 2022). No México, milhões de famílias vivenciam escassez habitacional, enquanto cerca de 650 mil casas foram abandonadas devido à má localização ou construção (Bocanegra, 2023; Nájjar, 2019). Em ambos os países, políticas que deslocam empreendimentos para áreas periféricas reforçam a segregação socioespacial.

A informalidade urbana, porém, não se define apenas por déficits materiais: ela constitui um campo fértil de resistência, criatividade e ação coletiva, no qual moradores reivindicam o direito à cidade, desafiam políticas excludentes e constroem soluções locais baseadas na solidariedade (Caldeira, 2016; Holston, 1991). Os assentamentos informais tornam-se, assim, espaços de aprendizado e protagonismo social.

Diante desse cenário, o artigo questiona: como líderes comunitários em assentamentos informais, no Brasil e no México, constroem estratégias de resistência e transformação diante de políticas urbanas excludentes e da presença limitada do Estado? Para responder, analisa-se a agência desses líderes, suas práticas cotidianas e a construção de narrativas territoriais fortalecidas pelo uso de mídia participativa.

A metodologia combina revisão bibliográfica, análise documental e a produção do vídeo participativo *Cidades invisíveis, pessoas incríveis*, em 2022, que reúne entrevistas com lideranças de três estudos de caso: Chico Dias (Macapá), Paraisópolis (São Paulo) e Senderos de San Isidro (Ciudad Juárez). Esses territórios

foram escolhidos por representarem diferentes expressões da precarização urbana e por evidenciarem formas diversas de mobilização e reconhecimento político.

A adoção da mídia participativa não é apenas um recurso metodológico, mas parte constitutiva da análise, ao permitir que os próprios sujeitos produzam narrativas sobre seus territórios e práticas, deslocando o olhar acadêmico tradicional e ampliando o campo de produção de conhecimento sobre as periferias.

Autogestão, liderança e a construção do comum

A compreensão das periferias latino-americanas como espaços de invenção política exige a articulação de duas dimensões: os processos estruturais da urbanização desigual e as práticas cotidianas de resistência e autogestão que emergem nesses territórios. Essa abordagem reúne os debates sobre cidadania insurgente, direito à cidade e produção coletiva do urbano.

O déficit habitacional expressa as desigualdades da urbanização latino-americana e resulta de uma lógica de produção do espaço marcada pela especulação e pelo investimento público seletivo. Como aponta Duhau (1998), essa racionalidade limita o acesso das populações de baixa renda ao solo urbano consolidado, deslocando-as para áreas informais e autoconstruídas. Nesse sentido, Abramo (2012) evidencia como o mercado popular de terras estrutura práticas de autoconstrução, enquanto Ziccardi (2015) destaca o caráter estrutural da pobreza urbana e da exclusão socioespacial. Esses assentamentos – favelas, ressacas ou loteamentos periféricos – constituem formas urbanas dinâmicas, que revelam estratégias criativas de permanência e pertencimento. Fernandes

(2011) e Perlman (1976) reforçam que classificá-los como “ilegais” ou “marginais” obscurece sua centralidade como formas legítimas de acesso à cidade.

As periferias também são territórios de resistência e inovação coletiva. Como mostram Caldeira (2016) e Holston (1991, 2009), a urbanização popular e a autoconstrução estruturam práticas de sobrevivência e insurgência, configurando o que Holston denomina “cidadania insurgente”. Essa perspectiva dialoga com o direito à cidade de Lefebvre (2008) e com suas ampliações por Harvey (2014), compreendendo-o como o direito à participação e à apropriação justa dos recursos urbanos.

É nesse horizonte que a autogestão adquire centralidade. O quadro teórico mobiliza autores que discutem práticas comunitárias de resistência (Maricato, 2011; Rolnik, 2015) e a construção do comum (Dardot e Laval, 2014; Harvey, 2014; Stavrides, 2016), permitindo compreender a liderança comunitária como prática compartilhada de reconfiguração do espaço e das relações sociais. A liderança emerge do fazer coletivo e da corresponsabilidade, propondo novas formas de governança local.

A construção do comum manifesta-se nas redes de solidariedade e em práticas espaciais – hortas coletivas, mutirões, escolas comunitárias, ocupações – que transformam o espaço urbano em bem compartilhado, aproximando-se da “práxis do comum” formulada por Dardot e Laval (2014).

Assim, as periferias deixam de ser vistas como espaços de ausência do Estado e se afirmam como territórios de invenção política nos quais se constroem alternativas à lógica neoliberal de exclusão. A liderança comunitária, diversa em gênero, raça e geração, atua como mediadora entre moradores e diferentes instâncias institucionais, ampliando formas plurais de cidadania e pertencimento.

A mídia participativa utilizada nesta pesquisa reforça esse processo. Como destacam Lucas (2012) e Olivieri (2007), o vídeo participativo permite às comunidades disputar narrativas e produzir representações próprias de seus territórios e lutas, alinhando-se a metodologias de pesquisa-ação e práticas epistêmicas decoloniais.

O quadro teórico, portanto, integra três dimensões fundamentais: os processos estruturais de urbanização periférica e excludente; as práticas coletivas de resistência, participação e liderança nos assentamentos informais; e o uso da mídia participativa como ferramenta de análise e empoderamento sociopolítico.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológica qualitativa, exploratória e colaborativa, combinando ferramentas de pesquisa-ação

participativa com práticas de mídia participativa. O estudo integra pesquisa bibliográfica e documental com a produção de um documentário audiovisual participativo intitulado *Cidades invisíveis, pessoas incríveis* (Figura 1), com o objetivo de ouvir, representar e valorizar as práticas e narrativas de líderes comunitários em assentamentos informais na América Latina. O documentário representa o fruto de um método de trabalho colaborativo que busca capturar, por meio de entrevistas semiestruturadas e gravações audiovisuais, as percepções dos líderes comunitários sobre os assentamentos onde vivem, seu uso do espaço público e seus esforços para mobilizar a ação social em áreas marginalizadas. A primeira etapa consistiu em realizar pesquisas nos três locais latino-americanos escolhidos: Amazônia e São Paulo, no Brasil, e México. Para essa etapa, a equipe realizou uma série de entrevistas com líderes comunitários,³ que foram fundamentais para relatar os problemas e o potencial desses locais.

Figura 1 – Documentário *Cidades invisíveis, pessoas Incríveis*



Fonte: adaptado pelas autoras, em 2025, com base em Cidade (2022).

Os três territórios foram selecionados pela diversidade socioespacial, pela relevância de contextos urbanos periféricos com fortes movimentos comunitários e pelo contraste entre diferentes formas de produção social do espaço urbano, como a autoconstrução em áreas ambientalmente frágeis, a densificação informal em metrópoles desiguais e os conjuntos habitacionais liderados pelo Estado em áreas de fronteira.

Além disso, a seleção dos casos reflete o envolvimento direto das autoras com esses territórios, por meio de pesquisas acadêmicas de longo prazo, atividades de extensão ou laços pessoais e residenciais com os assentamentos. Cada caso foi objeto de estudo contínuo por uma ou mais autoras, a partir de diferentes perspectivas analíticas – incluindo políticas habitacionais, justiça espacial, mobilização social e apropriação territorial popular. Essa proximidade permitiu o estabelecimento de confiança e colaboração com líderes locais, o que foi fundamental para o desenvolvimento do documentário.

Os estudos de caso selecionados para esta pesquisa – Chico Dias (Macapá), Paraisópolis (São Paulo) e San Isidro (Ciudad Juárez) – foram escolhidos devido às suas localizações estratégicas e características representativas dos desafios habitacionais enfrentados na América Latina. Esses assentamentos ilustram a complexidade e a diversidade dos problemas habitacionais enfrentados por comunidades urbanas vulneráveis em diferentes contextos socioeconômicos e geográficos.

Chico Dias, assentamento informal em Macapá conhecido como “ressaca”,⁴ localizado em áreas pantanosas da Amazônia brasileira, exemplifica os desafios da ocupação em ecossistemas legalmente protegidos, como previsto pela Lei n. 4.455/1999, que visa proteger o ecossistema costeiro do Amapá (Thomaz, Santos e Ferreira, 2017).

Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo, faz fronteira com o bairro do Morumbi, um dos mais ricos da cidade. Essa proximidade destaca a desigualdade urbana e os contrastes socioeconômicos gritantes. Paraisópolis se destaca por sua forte mobilização social e iniciativas comunitárias que ganharam reconhecimento nacional.

O conjunto habitacional San Isidro⁵ em Ciudad Juárez, México, na fronteira com os Estados Unidos, foi construído pelo governo mexicano entre 2001 e 2010 como parte de um programa de habitação social. No entanto, a localização remota desse complexo, geograficamente distante dos principais centros urbanos, resultou em alta taxa de abandono das moradias. Além disso, a falta de infraestrutura básica e a proximidade com a fronteira dos Estados Unidos expõem os moradores a riscos relacionados ao tráfico de drogas e à violência.

Inspirada em autores como Lucas (2012) e Olivieri (2007), a metodologia da mídia participativa é entendida, aqui, como um dispositivo político-pedagógico que conecta a teoria do direito à cidade (Harvey, 2014; Lefebvre, 2008), à prática de construção de significado territorial, reconhecendo os residentes como sujeitos de conhecimento e de direitos. Sob essa perspectiva, os vídeos não representam apenas, mas constroem ativamente visibilidade, afeto e pertencimento, deslocando vozes periféricas para o centro do debate urbano.

O processo de produção do documentário ocorreu entre junho de 2022 e janeiro de 2023. Foram realizadas gravações audiovisuais e entrevistas semiestruturadas em espaços comunitários cotidianos, como ruas, pontes, sedes de associações e áreas públicas. Cada território nomeou formalmente um líder comunitário para atuar como principal interlocutor da pesquisa, com base em critérios de reconhecimento

e legitimidade locais. Os líderes selecionados foram José Elenildo da Silva (Munjoca) em Macapá, Gilson Rodrigues em São Paulo, e Leticia Herrera em Ciudad Juárez.⁶

Embora a equipe de pesquisa tenha conduzido as filmagens, os roteiros das entrevistas, os temas e os locais de filmagem foram definidos em diálogo com interlocutores locais. Em Macapá e Paraisópolis, também foram realizadas oficinas audiovisuais com jovens locais para conscientizar e aumentar a participação. O documentário foi exibido publicamente, em cada comunidade, como forma de validação coletiva e divulgação das narrativas produzidas.

A escolha da mídia participativa como método está diretamente alinhada com o marco teórico, que compreende a cidade como espaço de disputa simbólica e política, e a comunicação como ferramenta de emancipação e justiça territorial. Essa metodologia valoriza a escuta, a coautoria e a transformação social por meio da visibilidade de sujeitos e territórios historicamente silenciados. O registro fotográfico da vida urbana, juntamente com seus habitantes, constitui um meio eficaz de comunicação e divulgação, que estimula a reflexão sobre questões coletivas inerentes ao espaço público, por meio de uma abordagem que permite a conscientização “[...] e que, a cada dia, parece mais essencial para as possibilidades de sobrevivência de valores positivos nos modos de vida urbanos” (Vogel, Mello e Mollica, 2016, p. 31).

O audiovisual, como argumenta Olivieri (2007), é um instrumento poderoso, que democratiza os debates sobre a cidade e aumenta a sensibilização sobre a importância do espaço público. Ao amplificar a voz dos moradores de áreas marginalizadas, a mídia participativa fortalece a luta pela inclusão social e pelo direito à cidade, mostrando que a participação comunitária é fundamental para transformar realidades urbanas desiguais.

Por fim, reconhecemos certas limitações metodológicas que ajudam a contextualizar o escopo do estudo. A escolha de entrevistar um único líder por território pode não refletir toda a diversidade interna de cada comunidade. Da mesma forma, o uso de métodos audiovisuais – embora empoderadores e inclusivos – pode introduzir subjetividades por meio da autorrepresentação e das escolhas de edição. As restrições de tempo também limitaram as oportunidades para um *feedback* mais amplo e para o aprimoramento contínuo do processo de pesquisa. Essas limitações, contudo, são compreendidas como intrínsecas a um modo ético e situado de produção de conhecimento, enraizado no diálogo, no território e na ação coletiva. Pesquisas futuras poderão complementar essa abordagem com métodos adicionais, como pesquisas quantitativas ou entrevistas com uma gama mais diversificada de participantes, a fim de expandir e aprofundar os *insights* gerados.

Estudos de caso e narrativas locais

Esta seção apresenta os três estudos de caso explorados por meio do vídeo participativo *Cidades invisíveis, pessoas incríveis*, que compila narrativas de líderes comunitários em Macapá, São Paulo e Ciudad Juárez. Busca-se destacar as experiências vividas, as trajetórias de liderança e as estratégias locais de resistência que emergem desses contextos precários.

Os depoimentos dos líderes foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e trabalho de campo com registro audiovisual, com decisões compartilhadas sobre temas, locais de filmagem e foco do conteúdo. A análise é estruturada por território e dá atenção especial às formas específicas de organização comunitária, déficits infraestruturais e visões de futuro articuladas por cada líder.

Ressaca Chico Dias, Macapá, Amazônia brasileira

Macapá, capital do estado do Amapá, situa-se na foz do rio Amazonas, onde a cidade se encontra com a vastidão das águas e das florestas. Essa localização privilegiada, porém, traz desafios ambientais e sociais profundos, sobretudo nas áreas conhecidas como ressacas – zonas de várzea úmida, periodicamente alagadas, que passaram a ser ocupadas por moradias precárias. O Censo Demográfico do IBGE de 2022, cujos dados foram publicados somente em 2023, registrou 442.933 habitantes, com grande parte da população mais pobre vivendo nas áreas frágeis, onde a exclusão territorial se expressa de maneira contundente.

As ressacas são territórios ambíguos: ao mesmo tempo, estão próximos do tecido urbano consolidado e marcados por uma constante

vulnerabilidade. A construção das casas, geralmente de madeira, erguidas sobre estacas e conectadas por passarelas improvisadas, representa uma tentativa de adaptação ao meio, mas também evidencia a ausência do Estado. A autoconstrução é a regra – prática que expressa tanto a criatividade quanto a precariedade dos moradores, que vivem à margem do mercado imobiliário formal (Carvalho, 2020).

Entre os assentamentos que se expandiram sobre as ressacas, destaca-se Chico Dias, situado entre os bairros Novo Buritizal e Congós, com 11.843 habitantes registrados no Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2024a) (Figura 2). Sua paisagem revela um mosaico de palafitas construídas sobre águas escuras e estagnadas, ladeadas por vegetação ribeirinha degradada, com infraestrutura precária: a água potável chega de forma irregular, o esgoto corre a céu aberto e a rede elétrica é improvisada, com fios expostos que

Figura 2 – Ressaca Chico Dias



Fonte: adaptado pelas autoras, em 2025, com base em Carvalho, Contreras-Saldaña e Santiago (2022).

oferecem risco constante de choque. As passarelas de madeira, que servem simultaneamente como ruas e quintais, são também locais de convivência, comércio e brincadeiras infantis. Contudo, são frágeis e, não raras vezes, tornam-se instrumentos de clientelismo político, reconstruídas ou reparadas apenas em períodos eleitorais.

A vida nas ressacas exige uma permanente negociação com a natureza e com o abandono. Nos períodos de cheia, as casas oscilam com o movimento da água; nos de estiagem, o odor dos dejetos torna o ar quase irrespirável. Ainda assim, Chico Dias pulsa com vida comunitária intensa, marcada por solidariedade, criatividade e resistência.

A liderança de Munjoca

Nesse cenário de vulnerabilidade estrutural e desassistência pública, emerge a figura de José Elenildo da Silva, conhecido por todos como Munjoca – liderança comunitária que personifica a resistência das ressacas. Nascido em Macapá, na comunidade quilombola da Lagoa dos Índios, Munjoca carrega em sua trajetória a memória dos territórios negros e periféricos da cidade. As terras onde hoje se ergue o bairro Congós, que abriga o assentamento Chico Dias, pertenciam a seu bisavô, e parte delas foi negociada com o governo estadual décadas atrás. Sua luta, portanto, não é apenas social, mas também histórica e territorial – a defesa da permanência e da dignidade de uma população que há gerações é empurrada para as margens.

A infância de Munjoca foi marcada por privações extremas. Abandonou a escola cedo para ajudar a mãe e as irmãs a sobreviver: “*Passei fome. Acordava cedo pra tirar piçarra, vender coco. A gente ia se virando como dava*”, relembra Munjoca. Essas experiências moldaram seu senso de solidariedade e sua indignação diante da injustiça. Desde a década de 1980, atua como agente comunitário em diferentes bairros de Macapá.

Na ocasião da entrevista, em 2022, Munjoca coordenava o Conselho de Segurança do Bairro Congós e presidia a Federação dos Conselhos de Segurança de Macapá – instâncias que articulam lideranças locais na luta por direitos básicos.

Apesar das dificuldades materiais, sua liderança se apoiava em redes de solidariedade. O sustento da família vem, em grande parte, do trabalho de costura da esposa, sua principal parceira de vida, e das doações de comerciantes locais que reconhecem a relevância de sua atuação. Com criatividade, Munjoca incorporou as tecnologias digitais à sua militância: utiliza o Facebook e o WhatsApp para organizar mutirões, divulgar demandas e até resolver questões práticas, como a solicitação de certidões de nascimento para pessoas sem documentos.

Em suas falas, Munjoca denuncia o abandono histórico das comunidades ribeirinhas e a negligência do Estado: “*As pessoas precisam de moradias dignas. A gente vive aqui à beira do maior rio de água doce do mundo e falta água. Ficamos três dias sem água, e, quando ela chega, vem barrenta, cor de tucupí. Isso não é vida*”.

A indignação é acompanhada de uma tristeza profunda diante das tragédias cotidianas: “*Já perdi amigo aqui, morreu levando choque tentando puxar água com bomba elétrica. Isso é falta de política pública. É falta de respeito. E quando morre uma criança, a gente chora junto – porque somos nós que vivemos isso, não os que mandam lá de cima*”. Esses relatos ecoam em um contexto em que Macapá ocupa as últimas posições no *ranking* nacional de saneamento básico (Machado, 2022).

A cidade, cercada por rios e igarapés, convive paradoxalmente com a escassez de água potável, a ausência de coleta de esgoto e a fragilidade das políticas públicas voltadas às áreas alagadas. A atuação de Munjoca é, antes de tudo, prática e solidária. Ele se define como um trabalhador do povo, alguém que faz o que

pode com o que tem. Mobiliza recursos, promove campanhas, atua na mediação de conflitos, articulando moradores e instituições, e organiza mutirões para a reconstrução de passarelas e melhorias emergenciais. Seu objetivo não é apenas reivindicar, mas agir: *“A gente não pode esperar que o governo faça tudo. Se for assim, ninguém vive. Então a gente se junta e faz”*.

Mesmo sem ter completado o ensino formal, Munjoca valoriza profundamente a educação. Considera sua maior conquista ter visto todos os filhos concluírem os estudos. Essa realização pessoal é também uma vitória coletiva: *“Foi uma promessa que fiz a Deus – que meus filhos não iam passar o que eu passei”*. Para ele, a transformação social começa pela consciência, e a conscientização é o caminho mais difícil, porém o mais necessário: *“A cidade precisa de união como um todo. Trabalhamos na linha da conscientização. Falta o nosso povo entender. Mas eu tenho fé que, com persistência e parceria, a gente consiga melhorar muita coisa”*. Sua fé é parte da força que o sustenta. Em um território marcado por perdas e frustrações, a espiritualidade torna-se elemento de coesão comunitária.

Munjoca é respeitado não apenas por sua firmeza política, mas também por sua humanidade. A trajetória desse líder sintetiza o dilema das ressacas: como permanecer em um território ameaçado sem perder o direito à dignidade? Sua luta se orienta por uma visão de cidade que reconhece o valor dos modos de vida locais e defende políticas habitacionais justas, capazes de aliar segurança, sustentabilidade e respeito às identidades culturais. Ele insiste na necessidade de soluções integradas – urbanísticas, ambientais e sociais – que considerem as especificidades de cada local. A sua fala é incisiva e revela a indignação com o descaso do poder público. Para ele, *“[...] as pessoas precisam de moradias dignas, e o governo muitas vezes falha em fornecê-las, especialmente em áreas vulneráveis como as ressacas”*.

Paraisópolis, São Paulo, Sudeste do Brasil

A metrópole de São Paulo, maior cidade do País e uma das maiores do mundo, consolidou-se ao longo do século XX por meio de um processo acelerado de urbanização e industrialização. Esse crescimento, impulsionado pela concentração de investimentos e pela expansão da indústria, resultou em uma estrutura urbana profundamente desigual. As favelas emergiram como expressão contundente das contradições da cidade moderna, revelando as marcas da precariedade habitacional, da concentração de renda e da segregação territorial que se tornaram traços estruturais da paisagem paulistana.

Segundo o Censo 2022 do IBGE, cerca de 2,2 milhões de paulistanos – aproximadamente 10,6% da população da cidade – vivem em assentamentos precários ou aglomerados subnormais. Esses números confirmam a persistência da desigualdade urbana, mesmo diante de avanços pontuais em infraestrutura e políticas habitacionais. Entre esses territórios, Paraisópolis destaca-se por sua dimensão, localização e capacidade organizativa, configurando-se como a segunda maior favela da capital, com estimativas que ultrapassam 100 mil habitantes (Pasternak e Bógus, 2023).

O território de Paraisópolis (Figura 3) tem origem em 1921, quando a União Mútua Companhia Construtora e de Crédito Popular lançou um loteamento destinado à classe média no vale do Morumbi. O empreendimento, contudo, fracassou em razão da topografia acidentada e da ausência de infraestrutura, o que dificultou a ocupação. Nas décadas seguintes, o terreno permaneceu praticamente vazio, até ser gradualmente ocupado por trabalhadores migrantes, sobretudo a partir dos anos 1950, atraídos pelas grandes obras em curso na região – o Estádio do Morumbi, o Palácio dos Bandeirantes e o Hospital Albert Einstein (Santiago, 2022).

A partir daí, a ocupação se expandiu de forma contínua, mas confinada entre condomínios de alto padrão e avenidas de acesso restrito. A partir da década de 1990, um processo de verticalização informal transformou Paraisópolis em uma das áreas mais densamente povoadas do município. Edificações de três a cinco pavimentos multiplicaram-se, muitas vezes sobre córregos canalizados precariamente, com redes de esgoto insuficientes e riscos recorrentes de alagamento e desabamento. O tecido urbano tornou-se extremamente heterogêneo, espelhando as desigualdades internas do território.

Setores como o Centro, o Brejo e os Prédios apresentam edificações de maior porte, ruas pavimentadas e ligações regulares de água

e energia, enquanto áreas como Antonico, Grovão e Grotinho permanecem mais vulneráveis, com infraestrutura deficiente e exposição a riscos ambientais (Alvim e Campos, 2024). A diversidade social também é marcante: convivem famílias sem renda estável, pequenos comerciantes, trabalhadores formais e empreendedores locais. Em um mesmo quarteirão, é possível encontrar barracos de madeira ao lado de edificações autoconstruídas em alvenaria de três ou quatro pavimentos. As ruas principais, com fachadas consolidadas e comércio intenso, contrastam com as vielas internas, de morfologia labiríntica, que mantêm a fisionomia típica das favelas paulistanas (Tessari, 2022).

Figura 3 – Favela de Paraisópolis



Fonte: adaptado pelas autoras, em 2025, com base em Cidade (2022).

Organização comunitária e empreendedorismo⁷

A organização comunitária é um dos traços mais marcantes da trajetória de Paraisópolis. Desde 1983, a União dos Moradores e Comerciantes atua como principal instância de representação local. Na ocasião da entrevista, o líder comunitário era Gilson Rodrigues, fundador do G10 Favelas.⁸ Durante sua liderança, a comunidade consolidou uma rede de projetos sociais, culturais e econômicos voltada à geração de renda, à inclusão digital e à formação profissional. O G10 Favelas tornou-se uma plataforma de articulação entre a favela e o setor privado, promovendo iniciativas de empreendedorismo e inovação.

O entrevistado relatou uma trajetória de vida marcada por dificuldades, superação e compromisso com o território. Ele revisitou a história da favela e enfatizou como o crescimento desordenado do bairro – consequência da ausência de planejamento e de políticas públicas eficazes – moldou uma realidade de contrastes extremos, em que a carência de infraestrutura convive com a vitalidade social e econômica da comunidade. Gilson afirma: *“Paraisópolis foi crescendo de forma desordenada. A gente percebe que a favela muitas vezes é vista como um problema, mas eu vejo como solução”*.

Gilson destacou que a falta de saneamento, a precariedade das moradias e a ausência de serviços públicos durante a pandemia de Covid-19 tornaram-se desafios dramáticos. Foi nesse contexto que a auto-organização mostrou sua força: o Movimento dos Presidentes de Rua, criado por ele, estruturou uma rede de monitoramento e solidariedade, garantindo apoio direto às famílias e articulando ações de saúde, alimentação e segurança. Essa experiência reforçou a convicção de que as favelas podem se gerir com autonomia e eficiência. A rede comunitária também permitiu a implementação ágil

de ações de saúde, distribuição de alimentos e apoio psicológico. O modelo ganhou reconhecimento nacional e internacional, servindo de inspiração para outras comunidades urbanas.

A experiência de Paraisópolis exemplifica como a mobilização popular pode transformar a realidade de uma comunidade. As ações da Associação, em parceria com o G10 Favelas, serviram de exemplo para outras favelas no Brasil, demonstrando que é possível reorganizar a comunidade, as autoridades públicas e o setor privado para resolver problemas sociais complexos. A experiência de Paraisópolis reforça que a mobilização popular pode reconfigurar as relações entre sociedade civil, poder público e iniciativa privada.

O conjunto habitacional Senderos de San Isidro na fronteira mexicana

Assim como no Brasil, a política habitacional no México, especialmente a partir dos anos 2000, estruturou-se com base em um modelo orientado pelo crédito e pela produção em larga escala, com forte protagonismo de agentes financeiros e incorporadores privados. Esse arranjo ampliou o acesso formal à moradia, mas também produziu efeitos territoriais contraditórios, ao induzir a expansão periférica e deslocar populações de baixa renda para áreas distantes, frequentemente desprovidas de infraestrutura, serviços e oportunidades.

Entre 2001 e 2012, cerca de 20 milhões de pessoas deixaram áreas centrais e rurais, atraídas pela promessa da casa própria em conjuntos habitacionais financiados (Maycotte, 2015). A difusão desses empreendimentos foi acompanhada por estratégias de *marketing* que enfatizavam padrões ideais de urbanização e qualidade de vida. No entanto, em muitos casos, essas promessas não se concretizaram, resultando em

assentamentos com infraestrutura incompleta ou precária e déficits no acesso a serviços básicos, como eletricidade, água encanada e saneamento (Inegi, 2022).

Ciudad Juárez, na fronteira norte do México, constitui um caso emblemático desse processo. Com mais de 1,5 milhão de habitantes, a cidade experimentou um crescimento acelerado impulsionado por fluxos migratórios associados à dinâmica industrial e à sua proximidade com os Estados Unidos. Entre 2005 e 2012, o Instituto Nacional do Fundo de Habitación dos Trabalhadores (Infonavit) autorizou mais de 100 mil financiamentos habitacionais na cidade (Maycotte, 2015), promovendo uma rápida expansão de conjuntos residenciais periféricos.

Apesar da expressiva produção habitacional, esse processo foi acompanhado por elevadas taxas de vacância: em 2020, mais de 50 mil unidades encontravam-se desocupadas (Inegi, 2020). Tal cenário explicita as contradições do modelo adotado, no qual o acesso formal à moradia não se traduziu em condições efetivas de habitabilidade e permanência.

Como resultado, consolidou-se um subúrbio formal periférico caracterizado por conjuntos implantados em áreas urbanas degradadas, com baixa qualidade construtiva e insuficiência de infraestrutura pública. Nos arredores de Ciudad Juárez, o Instituto Municipal de Investigación y Planeación reconhece que os materiais utilizados apresentavam baixa qualidade, refletindo os limites da produção habitacional em massa (Imip, 2019). De modo geral, a localização periférica desses empreendimentos esteve associada à lógica de maximização de lucros por parte das construtoras, em detrimento da integração urbana.

Um exemplo expressivo desse processo é o conjunto habitacional Senderos de San Isidro, composto por 5.570 moradias e 11.642 habitantes em 2010, construído por uma incorporadora

local e financiado por meio de crédito do Infonavit (Figura 4). Nesse conjunto, 38% das unidades encontram-se desocupadas (Inegi, 2010). As moradias foram implantadas em lotes de 104 m², com unidades de 38 m² e 47,58 m², construídas em blocos, com piso maciço e cobertura em vigas de concreto (Contreras-Saldaña, 2021). Embora estruturalmente adequadas, a produção em massa e a busca por redução de custos resultaram no uso de materiais de qualidade inferior em diversas áreas urbanas do país (Boils, 2008).

A localização periférica do empreendimento impõe elevados custos de mobilidade: em média, 20,87% da renda mensal das famílias é destinada ao deslocamento (Contreras-Saldaña, 2021, p. 157). No que se refere aos serviços urbanos, o principal problema não reside na sua disponibilidade formal, mas na baixa qualidade e na intermitência do fornecimento.

A vacância habitacional constitui o problema mais agudo da região, desencadeando um processo cumulativo de degradação urbana. A redução da presença de moradores compromete a vitalidade dos espaços públicos, agrava a sensação de insegurança – associada à baixa iluminação e à pouca circulação de pessoas – e fragiliza o tecido social. Nos loteamentos periféricos, a deficiência na coleta de resíduos contribui para a formação de lixões clandestinos em terrenos baldios e áreas limítrofes. Em Senderos de San Isidro, 256 moradias desocupadas passaram a ser utilizadas como locais de descarte (ibid., 2021), gerando impactos na saúde pública, na imagem urbana e na conservação das edificações vizinhas.

As unidades abandonadas apresentam diferentes níveis de deterioração: pichações, acúmulo de lixo e vegetação, ausência de portas, janelas e grades e, em casos mais extremos, danos estruturais, com perda de instalações elétricas e hidráulicas. Esse quadro, associado à

Figura 4 – Conjunto habitacional Senderos de San Isidro



Fonte: adaptado pelas autoras, em 2025, com base em Cidade (2022).

presença de terrenos baldios, lixões a céu aberto e processos de erosão do solo, intensifica a exposição das moradias a tempestades de areia e contribui para a consolidação de uma paisagem urbana marcada pela precariedade.

A voz da liderança e a mobilização comunitária

A experiência das famílias que permaneceram no local revela, de forma concreta, os custos humanos desse modelo de política habitacional. A trajetória de Leticia Herrera é particularmente reveladora nesse sentido. Ao chegar a Ciudad Juárez em 2007 e, posteriormente, mudar-se para o Conjunto Habitacional San Isidro em 2017, Herrera se depara com um território produzido formalmente pelo Estado e pelo mercado, mas desprovido das condições mínimas de urbanidade. Sua narrativa explicita o contraste entre a promessa da casa própria e a realidade cotidiana de isolamento, precariedade e ausência de serviços.

Ao relatar esse processo, Leticia não apenas descreve uma experiência individual, mas constrói uma leitura crítica do território: “*Sem o apoio das autoridades locais, começamos a organizar a comunidade para criar espaços públicos decentes*”. Sua fala revela o momento em que a ausência do Estado deixa de ser apenas uma condição estrutural e passa a ser enfrentada por meio da ação coletiva.

Mais do que uma reação pontual, essa mobilização configura uma forma de produção social do espaço. Leticia e outros moradores passaram a organizar mutirões, limpar áreas degradadas e recuperar espaços comuns, transformando terrenos abandonados em lugares de convivência. Nesse processo, o que está em jogo não é apenas a melhoria física do ambiente, mas a reconstrução de vínculos sociais e de um sentido de pertencimento. Como ela própria sugere, a mobilização torna-se uma condição de permanência: não se trata apenas de viver naquele espaço, mas de torná-lo habitável.

Sua liderança evidencia também a dimensão política dessa prática cotidiana. Ao afirmar a necessidade de rever as práticas dos incorporadores e os marcos regulatórios, Leticia desloca a discussão da escala local para o campo institucional: *“Precisamos de leis e regulamentações que garantam que os novos empreendimentos contribuam positivamente para a comunidade”*. Nesse sentido, sua fala articula experiência vivida e crítica estrutural, apontando para as limitações de um modelo de produção habitacional orientado predominantemente pela lógica financeira e pela redução de custos.

Ao mesmo tempo, sua narrativa projeta uma dimensão propositiva e coletiva do direito à cidade: *“Juntos, podemos redefinir o que significa viver em Ciudad Juárez – não apenas para sobreviver, mas para prosperar”*. Essa afirmação sintetiza uma mudança de posição – de beneficiários passivos de políticas públicas para sujeitos ativos na produção do espaço urbano.

A falta de liderança, assim, como um processo de planejamento urbano desconectado da vida cotidiana, produz novas formas de vulnerabilidade. A distância física dos conjuntos habitacionais em relação às centralidades urbanas converte-se em barreira social, econômica e simbólica. O conjunto San Isidro passa a representar, nesse contexto, não apenas um empreendimento habitacional, mas a materialização das contradições de um modelo de urbanização que, ao mesmo tempo que reduz o déficit quantitativo, aprofunda processos de exclusão espacial e precariedade urbana (Maycotte, 2015).

Nos últimos anos, o governo mexicano passou a reconhecer parcialmente esses efeitos e formulou o Programa Nacional de Vivienda 2021–2024, coordenado pela Secretaría de Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano, com diretrizes voltadas à reabilitação de moradias abandonadas e à priorização de áreas urbanas consolidadas (Gobierno de México, 2021). Em paralelo, o Infonavit tem implementado

estratégias de recuperação habitacional, reportando, em 2023, a reativação de milhares de unidades no estado de Chihuahua por meio de parcerias com governos locais e organizações comunitárias (Infonavit, 2023).

A ocupação desses territórios promovida pelo Estado não conseguiu proporcionar acesso a moradias dignas. Isso é especialmente verdadeiro em um contexto em que a economia de custos é priorizada e a quantidade supera a qualidade, resultando em áreas de desigualdade concentrada que se tornam espaços de precariedade urbana (Whitaker Ferreira, 2015). Essa abordagem empobrece e priva os habitantes de seus recursos, além de impedi-los de acessar um ambiente seguro. A mobilização comunitária liderada por Herrera mostra, entretanto, que a ação coletiva pode reconstruir vínculos sociais, transformar o espaço urbano e reafirmar o direito à cidade. Trata-se de uma luta contínua, em que os moradores de Ciudad Juárez reivindicam, por meio da prática cotidiana, uma cidade mais justa, sustentável e humana.

Mobilização comunitária e direito à cidade nas fronteiras da desigualdade

Os três estudos de caso aqui reunidos – Chico Dias em Macapá, Paraisópolis em São Paulo e Senderos de San Isidro em Ciudad Juárez – evidenciam como os territórios periféricos da América Latina concentram as contradições mais agudas da urbanização contemporânea. Em contextos distintos, mas conectados por dinâmicas de desigualdade e precarização, essas experiências revelam tanto os limites das políticas públicas quanto a potência das ações coletivas locais. Mais do que retratar carências urbanas, os casos permitem compreender como a precariedade, ao ser enfrentada por formas locais

de organização, pode converter-se em campo de construção política, produção do comum e reinvenção do urbano (Dardot e Laval, 2014; Holston, 2009; Stavrides, 2016).

A partir das narrativas de seus líderes comunitários, observa-se que a mobilização social emerge como forma concreta de reivindicar o direito à cidade, transformando a falta de infraestrutura e o abandono institucional em práticas de solidariedade, inovação e resistência. Nessas margens urbanas, a luta por moradia digna ultrapassa a dimensão material e se afirma como prática política cotidiana, por meio da qual os moradores constroem pertencimento e reconfiguram o espaço urbano. Assim, os casos não apenas evidenciam situações de vulnerabilidade, mas revelam formas de cidadania insurgente, nas quais respostas coletivas são produzidas diante da insuficiência, seletividade ou ausência do Estado (Caldeira, 2016; Holston, 1991, 2009).

A análise comparativa das entrevistas evidencia uma base comum de engajamento, ancorada na experiência direta da precariedade e na vivência cotidiana da vulnerabilidade urbana. Essa condição não apenas motiva a ação coletiva, mas estrutura formas de atuação política marcadas pela proximidade com o território, pela mediação de conflitos e pela construção de respostas pragmáticas às ausências institucionais. Nesse sentido, a mobilização comunitária configura-se como prática situada, enraizada nas urgências do cotidiano e na produção de condições mínimas de habitabilidade.

Ao mesmo tempo, essa gramática compartilhada não elimina diferenças nas formas de ação e nos horizontes de transformação. As lideranças mobilizam repertórios distintos, que

variam conforme o grau de institucionalização, o acesso a redes e recursos e as possibilidades de articulação com atores externos. Enquanto em Paraisópolis observa-se uma atuação mais estruturada e com maior capacidade de incidência em diferentes escalas, em Macapá e em Senderos de San Isidro predominam formas mais emergentes e territorialmente situadas de mobilização, frequentemente voltadas à resolução imediata de problemas. Essas variações indicam que a autogestão não constitui um modelo homogêneo, mas um campo plural de práticas adaptadas às condições locais.

Os casos empíricos aprofundam as distinções sintetizadas no quadro. Em Paraisópolis, destaca-se o papel do G10 Favelas na articulação de projetos sociais e de infraestrutura, evidenciando mobilização mais estruturada e com capacidade de incidência política e econômica. Em Macapá e em Senderos de San Isidro, por sua vez, observam-se formas de mobilização mais diretamente vinculadas às condições locais de precariedade. No primeiro caso, as parcerias com a academia contribuem para ampliar a visibilidade das áreas de ressaca; no segundo, a mobilização autônoma, ainda em consolidação, busca reconhecimento institucional em um contexto marcado por limitações estruturais.

Essas diferenças indicam que a autogestão assume configurações distintas, variando conforme o contexto territorial e as condições de articulação política. Ainda assim, nos três casos, a ação coletiva opera como mediação entre necessidades imediatas e horizontes mais amplos de transformação urbana (Harvey, 2014; Stavrides, 2016).

Quadro 1 – Síntese comparativa das práticas, percepções e estratégias de lideranças comunitárias

Dimensão	Convergências	Especificidades
Trajetória e engajamento	Experiências pessoais de vulnerabilidade que impulsionam o compromisso com a transformação do território	Trajetórias distintas: infância marcada por dificuldades (Munjoca), continuidade de atuação familiar (Leticia Herrera) e enfrentamento de desigualdades e preconceitos (Gilson Rodrigues)
Formas de ação coletiva	Atuação comunitária baseada em mobilização local, ação voluntária e organização social	Estratégias diferenciadas: uso de mídias e tecnologias (Munjoca), articulação institucional e representação formal (Leticia Herrera) e empreendedorismo social (Gilson Rodrigues)
Leitura dos problemas urbanos	Crítica à precariedade da infraestrutura e à insuficiência de políticas públicas	Ênfases distintas: clientelismo político (Munjoca), insegurança urbana (Leticia Herrera) e desigualdade socioespacial (Gilson Rodrigues)
Relação com o poder público	Reconhecimento de lacunas na atuação estatal	Diferentes formas de crítica: clientelismo, ausência de apoio institucional e insuficiência ou inadequação das políticas públicas
Estratégias de transformação	Defesa da participação social e política como caminho para a melhoria das condições urbanas	Propostas específicas: remoção de áreas de risco (Munjoca), ampliação da infraestrutura urbana (Leticia Herrera) e promoção do empreendedorismo e da autonomia econômica (Gilson Rodrigues)
Horizontes e expectativas	Busca por moradia digna, segurança e melhoria das condições de vida	Objetivos diferenciados: permanência com dignidade no território (Munjoca e Herrera) e construção de um projeto mais amplo de transformação social (Rodrigues)

Fonte: Interpretação de entrevistas com base em Carvalho, Contreras-Saldaña e Santiago (2022).

As respostas do poder público também variam significativamente. Em Paraisópolis, a pressão social e a visibilidade territorial contribuíram para a realização de intervenções urbanas mais consistentes. Em Macapá, a atuação estatal permanece limitada, refletindo a complexidade socioambiental das áreas de ressaca. Em Senderos de San Isidro, a política habitacional produziu um ambiente urbano degradado, com baixa capacidade de resposta institucional. Esses contrastes evidenciam que a relação entre periferias e Estado não pode ser compreendida de forma binária, mas como um campo de conflito, negociação e disputa por reconhecimento,

no qual as lideranças operam “com”, “contra” e “apesar” das instituições (Caldeira, 2016; Holston, 2009; Rolnik, 2015).

Os casos analisados mostram que a exclusão social e a precariedade infraestrutural constituem desafios compartilhados em diferentes contextos latino-americanos, mas também revelam as periferias como espaços ativos de negociação, resistência e construção coletiva. O direito à cidade adquire, nesses territórios, uma dimensão concreta: não apenas como demanda por acesso a bens e serviços, mas como prática de participação, apropriação e transformação do espaço vivido (Harvey, 2014; Lefebvre, 2008).

Em Chico Dias, a luta centra-se na visibilidade e no acesso a infraestruturas essenciais em um território ambientalmente vulnerável. A atuação de Munjoca expressa uma forma de cidadania enraizada na proximidade e na solidariedade, um agente que medeia a experiência cotidiana da precariedade em uma reivindicação pública (Fernandes, 2011; Holston, 1991).

Paraisópolis evidencia uma mobilização altamente estruturada, na qual empreendedorismo, redes e articulação política ampliam a capacidade de incidência sobre a governança urbana. A liderança de Gilson Rodrigues exemplifica uma atuação que combina ação popular e interlocução institucional, fortalecendo a disputa por reconhecimento e recursos (Harvey, 2014; Stavrides, 2016).

Em Senderos de San Isidro, a crise habitacional revela as contradições de um modelo de produção em massa desconectado da dinâmica urbana. A atuação de Leticia Herrera aponta para formas de planejamento insurgente que emergem em contextos de abandono, reafirmando o direito à cidade por meio da reapropriação de espaços produzidos sem urbanidade (Duhau, 1998; Lefebvre, 2008; Ziccardi, 2015).

Esses casos desafiam os paradigmas tradicionais do planejamento urbano e reforçam a necessidade de políticas públicas ancoradas na escuta territorial e na governança inclusiva. O direito à cidade, nesse contexto, não é concedido, mas construído cotidianamente por meio de práticas situadas. Ao mesmo tempo, a análise evidencia que a visibilidade das periferias permanece em disputa: frequentemente reconhecidas como problema urbano, mas ainda invisibilizadas como sujeitos políticos e produtoras de conhecimento (Caldeira, 2016; Lucas, 2012; Olivieri, 2007).

Considerações finais

As experiências examinadas demonstram que as periferias são territórios de criação política, onde a vida cotidiana se converte em espaço de resistência, aprendizado e reinvenção da cidade. A liderança comunitária, ao se constituir como prática coletiva e relacional, transcende os modelos tradicionais de representação e afirma novas formas de ação política. Essas práticas desafiaram as fronteiras entre o institucional e o informal, propondo modos de governar e produzir cidades baseados na cooperação, no cuidado e na partilha. Mais do que respostas contingentes à precariedade, elas expressam formas situadas de construção do comum e de afirmação do direito à cidade (Dardot e Laval, 2014; Harvey, 2014; Stavrides, 2016).

O comum, nesse contexto, não é apenas um ideal normativo, mas um processo vivido e construído nas margens, que redefine o sentido de cidadania e pertencimento urbano. Conclui-se que as periferias, ao mobilizarem práticas autogestionárias e solidárias, não apenas resistem à precarização imposta pela urbanização desigual, mas apontam para formas alternativas de futuro urbano – mais justas, democráticas e sustentáveis.

Os movimentos sociais urbanos, nesse sentido, permanecem centrais na luta contínua pelo direito à cidade na América Latina. Esse direito, teorizado por Lefebvre (2008) e desenvolvido por Harvey (2014), Soja (2010) e Holston (1991), ultrapassa o acesso à moradia ou aos serviços urbanos: ele afirma a capacidade coletiva dos habitantes de moldar, negociar e reimaginar seus ambientes urbanos. Trata-se de um direito que envolve justiça espacial, participação política

e reconhecimento simbólico – dimensões urgentes em contextos marcados pela urbanização informal e pela desigualdade estrutural.

Macapá, Paraisópolis e Ciudad Juárez ilustram, de forma convergente, a potência política das periferias urbanas. Embora marcados pela negligência estatal e pela precariedade infra-estrutural, esses territórios evidenciam formas de criatividade social e de invenção política que reconfiguram as práticas urbanas. Em Macapá, observa-se a emergência de uma cidadania insurgente, expressa na atuação comunitária baseada na solidariedade e na construção de respostas locais em contextos ambientalmente vulneráveis. Em Paraisópolis, a organização coletiva revela capacidade de estruturar estratégias empreendedoras e de incidir sobre políticas públicas, ampliando sua interlocução com o Estado. Já em Ciudad Juárez, as iniciativas locais buscam enfrentar as falhas do modelo habitacional estatal por meio de práticas insurgentes que tensionam as formas tradicionais de provisão de moradia (Miraftab, 2009). Tomados em conjunto, esses casos indicam que a autogestão não se configura como substituta do Estado, mas como uma força que tensiona seus limites, explicita suas omissões e amplia o campo do possível no planejamento urbano (Maricato, 2011; Rolnik, 2015).

Entre os resultados desta pesquisa, destaca-se a dimensão metodológica como parte constitutiva do próprio processo de produção de conhecimento. O uso de mídias participativas operou como um dispositivo político-pedagógico, ao possibilitar que lideranças comunitárias narrassem suas próprias experiências e elaborassem contranarrativas diante das representações dominantes das favelas, ressacas e conjuntos habitacionais. Como observam Cornwall (2002) e Fraser (1990), a participação democrática não se esgota na inclusão formal, exigindo a criação de arenas que ampliem a expressão de grupos subalternizados e favoreçam sua incidência

efetiva na formulação de políticas urbanas. Nesse sentido, a mídia participativa não se limita ao registro de experiências, mas atua diretamente na reconfiguração dos regimes de visibilidade, ao deslocar os lugares de enunciação e legitimar territórios historicamente marginalizados como produtores de conhecimento sobre a cidade (Fraser, 1990; Lucas, 2012; Olivieri, 2007).

Essa abordagem alinha-se às metodologias decoloniais, que valorizam o conhecimento enraizado na experiência vivida e na agência local. Assim, a mídia participativa emerge como ferramenta de planejamento urbano inclusivo, sensível ao contexto e às aspirações de quem habita territórios precários. Ela permite enfrentar, ainda que parcialmente, a invisibilização política e epistêmica que recai sobre as periferias, tornando visíveis não apenas seus problemas, mas suas capacidades de interpretação, formulação e proposição (Lucas, 2012; Olivieri, 2007).

A análise comparativa das três experiências evidencia convergências nas demandas periféricas, que ultrapassam fronteiras nacionais e apontam para uma gramática latino-americana da resistência: moradia digna, infraestrutura, segurança, reconhecimento e respeito. Essas reivindicações expressam não apenas a busca por recursos materiais, mas também o desejo de pertencimento político e simbólico – o direito de transformar o espaço urbano por meio da ação coletiva. Como observa Herrera Flores (2009, p. 110), trata-se de “[...] processos institucionais e sociais que abrem e consolidam espaços para a luta pela dignidade humana”.

O direito à cidade é compreendido, neste artigo, como um processo situado e relacional, construído “com”, “contra” e “apesar” do Estado, e não apenas como um horizonte normativo. Essa perspectiva permite interpretar as periferias não como espaços de ausência de direitos, mas como territórios onde eles são continuamente disputados, reinterpretados e produzidos na prática.

Na América Latina, as periferias não se configuram como margens do desenvolvimento urbano, mas como espaços ativos de sua reinvenção. Se muitas vezes são tratadas como “cidades invisíveis”, é menos por sua ausência material e mais pela persistente invisibilização de suas práticas, saberes e formas de ação política. Da mesma forma, as “pessoas incríveis” a que se refere este artigo não constituem exceções

individuais, mas expressam uma potência coletiva, enraizada na autogestão, na solidariedade e na construção do comum.

Reconhecer essas práticas e vozes, incorporando-as aos processos de planejamento, constitui não apenas um imperativo ético, mas uma condição estratégica para a construção de futuros urbanos mais democráticos, solidários e territorialmente justos.

[I] <https://orcid.org/0000-0001-7538-2136>

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, SP/Brasil.
angelica.alvim@mackenzie.br

[II] <https://orcid.org/0000-0002-8606-7331>

Universidade Federal do Amapá, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Macapá, AP/Brasil.
biancamoro@unifap.br

[III] <https://orcid.org/0000-0001-7046-6998>

Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, Centro de Investigaciones Sociales, Ciudad Juárez, México.
marina.contreras@uacj.mx

Notas

- (1) Este artigo tem origem na pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Urbanismo Contemporâneo: redes, sistemas e processos, em colaboração com pesquisadores de três universidades latino-americanas: Universidade Federal do Amapá, localizada na Amazônia brasileira; Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, Brasil; e Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, no México. É produto do estágio de pós-doutorado da Prof.^a Dr.^a Bianca Moro de Carvalho, sob supervisão da Prof.^a Dr.^a Angélica Benatti Alvim, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes Print/UPM (Projeto n. 88881.720575/2022-01) e se insere na pesquisa Emergência climática e políticas urbanas nas cidades brasileiras, financiada pelo Fundo Mackenzie de Pesquisa e Inovação – MackPesquisa (Projeto n. 251016) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (edital Universal, Processo n. 406466/2025-4).
- (2) De acordo com estimativas, a América Latina terá atingido uma população de 652,4 milhões de pessoas até o final de 2023 (Cepal, 2024, p. 5). Grande parte dessa população está concentrada em apenas dois países, México e Brasil, que juntos representam mais da metade da população latino-americana, com 127 milhões e 203,1 milhões de habitantes, respectivamente (IBGE, 2023).
- (3) O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética local sob o número de autorização [CAAE: 53240421.3.0000.0084]. Todos os participantes forneceram consentimento informado antes das entrevistas.

- (4) Ressacas são assentamentos de palafitas localizados em áreas pantanosas da Amazônia, construídos sobre cursos d'água e pântanos. São territórios ambientalmente sensíveis, com alto risco de inundações, normalmente habitados por populações de baixa renda sem acesso à infraestrutura básica (Thomaz, Santos e Ferreira, 2017).
- (5) Os conjuntos habitacionais, no México, referem-se a complexos residenciais produzidos em massa, frequentemente localizados na periferia urbana. Construídos no âmbito de programas de habitação nacionais, como o Infonavit, esses conjuntos são frequentemente marcados por má qualidade da construção, abandono e desconexão dos serviços essenciais (Boils, 2008; Whitaker Ferreira, 2015).
- (6) As entrevistas completas com os líderes comunitários foram realizadas entre 2021 e 2022 e estão disponíveis em Cidades (2022).
- (7) Para realização da entrevista com o líder comunitário de Paraisópolis contamos com o apoio do arquiteto e morador William Santiago, a quem agradecemos.
- (8) “O G10 das Favelas é um bloco de líderes e empreendedores de impacto social das favelas que, assim como os países ricos do G-7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), uniram forças em prol do desenvolvimento econômico e do protagonismo das comunidades, visando ao desenvolvimento econômico e social dessas áreas urbanas” (Alvim e Campos, 2024).

Referências

- ABRAMO, P. (2012). “A cidade informal confusa: o mercado e a produção da territorialidade urbana popular”. In: SALAZAR, C. (ed.). *Irregular. Solo e mercado na América Latina*. México, El Colegio de México, pp. 85-124.
- ALVIM, A. T. B.; CAMPOS, L. M. G. (2024). Ações locais nos assentamentos precários no contexto da Covid-19: o caso da favela Paraisópolis, São Paulo, Brasil. In: SEMINÁRIO AEAULP, 5, 2024, Brasília. Proximidades distantes. Lisboa, Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, v. I. pp. 141-162.
- BOCANEGRA, R. (2023). Existem mais de 600.000 casas do Infonavit abandonadas. *Mercado Imobiliário*, 19 jun. Disponível em: <https://shre.ink/DUta>. Acesso em: 12 jul 2024.
- BOILS, G. (2008). “Segregação e modelo habitacional em grandes conjuntos habitacionais no México”. In: CORDERA, R.; RAMÍREZ, P.; ZICCARDI, A. (ed.). *Pobreza, desigualdade e exclusão social na cidade do século XXI*. Cidade do México, Universidade Autônoma do México, pp. 273-287.
- CALDEIRA, T. (2016). Urbanização periférica: autoconstrução, lógicas transversais e políticas nas cidades do sul global. *Environ and Planning D: Society and Space*, v. 35, n. 1, pp. 3-20.
- CARVALHO, B. M. (2020). *Habitação popular na Amazônia: o caso das ressacas na cidade de Macapá*. Curitiba, Appris.
- CARVALHO, B. M.; CONTRERAS-SALDAÑA, M.; SANTIAGO, W. (2022). *Cidades invisíveis, pessoas incríveis*. Vídeo. Publicado pelo canal PPGAU FAU Mackenzie. Disponível em: <https://youtu.be/0XFJctVAOQA>. Acesso em: 7 jun 2024.
- CONTRERAS-SALDAÑA, M. (2021). *Habitando territorios de expulsión: efectos socioterritoriales en dos fraccionamientos de interés social en Ciudad Juárez, 2008-2019*. Tese de doutorado. Cidade do México, Universidade Autônoma do México. Disponível em: <http://132.248.9.195/ptd2021/enero/0806130/Index.html>. Acesso em: 21 fev 2022.

- CORNWALL, A. (2002). “Localizando a participação cidadã”. In: COOKE, B.; KOTHARI U. (ed.). *Participação: a nova tirania?* Londres, Zed Books, pp. 49-61.
- DUHAU, E. (1998). *Habitat popular e política urbana*. Cidade do México, Miguel Ángel Porrúa/UAM.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2024). *Observatório Demográfico América Latina e Caribe – 2023*. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/0906c925-9e69-42ca-bcae-8dd82127c6d2/content>. Acesso em: 12 jul 2024.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2014). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- FERNANDES, E. (2011). *Regularização de assentamentos informais na América Latina*. Cambridge/MA, Lincoln Institute of Land and Policy.
- FRASER, N. (1990). Repensando a esfera pública: uma contribuição para a crítica da democracia realmente existente. *Social Text*, n. 25/26, pp. 56-80.
- GOBIERNO DE MEXICO (2021). *Programa Nacional de Vivienda 2021–2024*. Secretaría de Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano (Sedatu). Disponível em: <https://www.gob.mx/sedatu>. Acesso em: 12 jun 2025.
- HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- HERRERA FLORES, J. (2009). *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis, Boiteux.
- HOLSTON, J. (1991). Autoconstrução na classe trabalhadora brasileira. *Antropologia Cultural*, v. 6, n. 4, pp. 447-465. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/716990r5>. Acesso em: 12 jul 2024.
- _____. (2009). *Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton, Princeton University Press.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). *Sinopse do Censo Demográfico 2010 Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2021). *Perfil dos municípios brasileiros: 2020*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101871.pdf>. Acesso em: 7 jun 2024.
- _____. (2023). *Panorama do Censo 2022*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=BR>. Acesso em: 1º jun 2026.
- _____. (2024). *Portal Cidades e Estados*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html. Acesso em: 12 jul 2024.
- IMIP – Instituto Municipal de Investigación y Planeación (2019). *Radiografía socioeconómica del municipio de Juárez 2019, así comenzó 2019*. Ciudad Juárez.
- INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2000). *Censo de Población y Vivienda – 2000*. Aguascalientes, Inegi.
- _____. (2010). Tabulados de Infraestrutura y características del entorno urbano. Aguascalientes, Inegi. Disponível em: http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/ccpv/cpv2010/tabulados_urbano.aspx. Acesso em: 12 jul 2024.
- _____. (2020). *Censo de Población y Vivienda – 2020*. Aguascalientes, Inegi.
- _____. (2022). *Censo de Población y Vivienda – 2022*. México, Inegi.
- LEFEBVRE, H. (2008). *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.
- LUCAS, P. (2012). *Viva Favela: direitos humanos e inclusão visual no Brasil, dez anos de fotojornalismo*. Rio de Janeiro, Viva Favela. Disponível em: <https://vivafavelamovement.squarespace.com/pdf-download>. Acesso em: 27 abr 2025.

- MACHADO, L. (2022). Macapá lidera ranking de cidades com o pior saneamento básico: 'Uso água do vizinho', diz moradora que paga R\$50 para acessar poço. *G1*, 23 mar. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/03/23/macapa-lidera-ranking-de-cidades-com-o-pior-saneamento-basico-uso-agua-do-vizinho-diz-moradora-que-paga-r-50-para-acessar-poco.ghtml>. Acesso em: 12 jul 2024.
- MARICATO, E. (2011). *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- MAYCOTTE, E. (2015). "A habitação e a cidade do século XXI. Dez anos de produção habitacional em Ciudad Juárez, Chihuahua". In: ZICCARDI, A.; GONZÁLES, A. (ed.). *Habitabilidade e política habitacional no México*. Cidade do México, Unam-Puec, pp. 657-680.
- MIRAFETAB, F. (2009). Planejamento insurgente: situando o planejamento radical no Sul Global. *Teoria do Planejamento*, v. 8, n. 1, pp. 32-50.
- NÁJAR, A. (2019). Por que no México há 5 milhões de casas desabitadas. *BBC News Mundo*, 19 fev. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-47263282>. Acesso em: 12 jul 2024.
- OLIVIERI, S. (2007). *Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade*. Dissertação de mestrado. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8811>. Acesso em: 12 jul 2024.
- PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. (2022). "Favelas em números". In: ALVIM, A. T. B.; RÚBIO V. M. (ed.). *Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil: contexto, dimensões e perspectivas*. Barueri, Manole, pp 70-99.
- _____. (2023). Favelas na metrópole paulistana: permanências e mudanças. *Observatório da Economia Latino-Americana*, v. 21, n. 1, pp. 301-322.
- PERLMAN, J. (1976). *O mito da marginalidade: pobreza urbana e política no Rio de Janeiro*. Berkeley, University of California Press.
- ROLNIK, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- SANTIAGO, W. G. (2022). *Paraísopolis: morfologia urbana por meio da escola inglesa*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- SOJA, E. (2010). *Em busca da justiça espacial*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- STAVRIDES, S. (2016). *Common space: the city as commons*. Londres, Zed Books.
- TESSARI, A. (2022). "Sobre a forma da favela". In: ALVIM, A. T. B.; RÚBIO V. M. (ed.). *Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil: contexto, dimensões e perspectivas*. Barueri, Manole, pp. 100-123.
- THOMAZ, D.; SANTOS, S.; FERREIRA, S. (2017). Afirmação do espaço construído e a negação do ambiental: análise da Lagoa dos Índios em Macapá. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17, São Paulo, 22-26, pp. 2-14.
- VOGEL, A.; MELLO, M. A.; MOLLICA, O. (2016). *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense.
- WHITAKER FERREIRA, J. S. F. (2015). "Experiencias internacionales de producción de vivienda social, Brasil". In: ZICCARDI, A.; GONZÁLES, A. *Habitabilidad y política de vivienda en México*. México D.F., Universidad Autónoma de México, pp. 39-46.
- ZICCARDI, A. (2015). *Cómo viven los mexicanos. Análisis regional de las condiciones de habitabilidad de la vivienda*. Cidade do México, Universidade Autônoma do México.

Contribuição de autoria

Angélica Tanus Benatti Alvim: conceitualização; metodologia; supervisão; organização do quadro teórico; análise comparativa dos casos; coordenação do projeto Cidades Incríveis, Cidades Invisíveis, Pessoas Incríveis; redação do artigo; redação – revisão e edição; aquisição de financiamento.

Bianca Moro de Carvalho: conceitualização do projeto Cidades Invisíveis, Pessoas Incríveis (plataforma de extensão que fundamenta o artigo); investigação (casos de São Paulo e Amapá); realização de entrevistas; curadoria de dados; análise formal; validação; visualização; concepção e desenvolvimento do vídeo com lideranças comunitárias; redação – rascunho original (partes empíricas); contribuição para aquisição de financiamento.

Marina Erendina Contreras-Saldaña: investigação (caso do México); realização de entrevistas; curadoria de dados (México); análise formal; validação; visualização; redação – rascunho original (seção do México).

Declaração de conflito de interesse

As autoras declaram que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em Canal PPGAU FAU Mackenzie. (2022). *Cidades invisíveis, pessoas incríveis* [Vídeo]. YouTube. <https://youtu.be/Ccw1QtriDtk>.

Editores: Lucia Bógus e Luiz César de Queiroz Ribeiro

Organizadores deste número: Thiago Canettieri, Luciana Teixeira de Andrade, Luís Renato Bezerra Pequeno

Texto recebido em 24/nov/2025

Texto aprovado em 1º/abr/2026

